SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL
PORTUGUESE HERITAGE SOCIETY

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL 2023

1. Apresentação

1.1 Palavras de Abertura do Presidente da Direcção 1
1.2 Órgãos Sociais 2023 2
1.3 Conselho Supremo 3
1.4 Sócios 4
1.5 Cerimónias Comemorativas do 1.º de Dezembro 6

2. Análise Económica e Financeira..... 7

2.1 Situação de Tesouraria 8
2.2 Demonstração de Resultados e Balanço..... 9
2.2.1 Execução Orçamental 9
2.2 2 Demonstração de Resultados 11
2.2.3 Demonstrações Financeiras 31 Dezembro 2023..... 13
2.3 Fundo Aboim Sande Lemos 38
2.4 Legado Sande Lemos.
Identificação dos imóveis e seu regime jurídico 38

3. Actividades Culturais

3.1 Folha de Eventos do Palácio 39
3.2 Edições e Prémio SHIP 39

4. Palácio da Independência 40

4.1 Projecto da Obra de Recuperação do Conjunto Monumental 40

5. Agradecimentos 41

1. Apresentação

1.1 Palavras de Abertura do Presidente da Direcção

O ano de 2023 foi o de último ano do mandato dos órgãos sociais, tendo-se caracterizado pela consolidação dos progressos alcançados no ano anterior, pela execução de novos pontos do Programa de Acção apresentado nas eleições de 4 de Junho de 2020 e pela preparação do mandato seguinte 2024/26.

- As actividades culturais prosseguiram com grande variedade e em bom ritmo, cabendo destacar, de novo em grande nível, as celebrações da *Manifestis probatum* e do dia da SHIP, em 23 e 24 de Maio, além das comemorações nacionais do 1.º de Dezembro.
- O foco principal do ano esteve nas seguintes linhas:

  - Desenvolver o alto relacionamento institucional por parte da Sociedade Histórica;
  - Consolidar a estabilidade económica e financeira da Sociedade Histórica;
  - Continuar a avançar o projecto de recuperação do Palácio, tendo sido lançado e encerrado o concurso público para adjudicação da respectiva empreitada, a tempo de iniciar as obras no 1.º trimestre de 2024;
  - Desenvolver os novos Círculos da Sociedade Histórica, nomeadamente os Diplomático, de História, do Mar, da Língua e do Território;
  - Consolidar a presença da Sociedade Histórica nas redes sociais – Facebook, Instagram, Twitter e YouTube –, em articulação com a actualização do *site*;
  - Nomear Delegados e reforçar a cooperação com os Municípios;
  - Manter relação próxima com Olivença;
  - Valorizar as celebrações do 14 de Agosto, pela estreia do Concerto do Condestável, no Mosteiro da Batalha, interpretado pela Banda Sinfónica do Exército, de que se realizou a segunda edição;
  - Publicar com pontualidade o *Boletim Informativo*, com consistente regularidade trimestral;
  - Retomar a publicação da revista *Independência*, com regularidade semestral, em modelo de edição electrónica, mas permitindo fácil edição em papel por qualquer leitor;
  - Dinamizar a actividade associativa;
  - Intensificar os esforços de angariação de fundos;
  - Lançar novas iniciativas de afirmação da Portugalidade.

Neste ano, merece a consolidação, no dia 1.º de Dezembro, do figurino completo das celebrações, acrescendo às comemorações oficiais da manhã o Desfile Nacional de Bandas Filarmónicas, o Concerto tradicional, pela Banda da Armada, no Teatro Capitólio, e a reedição, em grande formato, em vários dias e cidades, do festival LiberTUNAS. A tuna vencedora em 2022 veio actuar e receber o prémio, em 23 de Maio, no Palácio da Independência, num momento muito apreciado.

José Ribeiro e Castro

1.2 Órgãos Sociais 2023

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

CARGO/FUNÇÃO	NOME	N.º ASSOCIADO
Presidente	Tenente General Alexandre Maria de Sousa Pinto	501
Vice-Presidente	António Bernardino e Silva Gonçalves	101
Vice-Presidente		
Secretária	Dr.ª Ana Maria Ramalho Proserpio	322
Secretário	Dr. José António Alves Ambrósio	653

DIRECÇÃO

CARGO/FUNÇÃO	NOME	N.º ASSOCIADO
Presidente	Dr. José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro	649
Vice-Presidente		
Vice-Presidente		
Director Efectivo	Dr.ª Margarida Sancho da Silva Gonçalves Neto	648
Director Efectivo	Dr. Alexandre Pinto Basto Patrício Gouveia †	504
Director Efectivo	Dr. Gustavo Alexandre Mesquita Guimarães	664
Director Efectivo	António Miguel Sacadura Mexia de Almeida	749
Director Efectivo	Capitão-de-Mar-e-Guerra Jorge Manuel Paiva e Pona Franco	252

† Faleceu em 12 de Março de 2023

CONSELHO FISCAL

CARGO/FUNÇÃO	NOME	N.º ASSOCIADO
Presidente	Tenente General José Artur Quesada Pastor	384
Vice-Presidente	Dr. José Gomes Honorato Ferreira	461
Secretário Relator	Eng.ª Isabel Maria Alçada Cardoso	526
Vogal Suplente	Dr. António José Varela Brás	838

1.3 Conselho Supremo (em 31.12.2023)

Cadeira n.º 1		
Cadeira n.º 2	Almirante Luís Manuel Macieira Fragoso	**Sócio n.º 906**
Cadeira n.º 3	Dr. Rui Carlos Alvarez Carp	**Sócio n.º 290**
Cadeira n.º 4	General Vasco Rocha Vieira	**Sócio n.º 419**
Cadeira n.º 5	Dr. José Augusto Alarcão Troni	**Sócio n.º 291**
Cadeira n.º 6	Dr. João Manuel Loureiro (Vice-presidente)	**Sócio n.º 107**
Cadeira n.º 7	Doutor Jorge Alberto Hagedorn Rangel	**Sócio n.º 109**
Cadeira n.º 8	Doutor Jaime Nogueira Pinto	**Sócio n.º 86**
Cadeira n.º 9	General José Garcia Leandro	**Sócio n.º 511**
Cadeira n.º 10	Dr. Eugénio Santos Ramos	**Sócio n.º 466**
Cadeira n.º 11	Juiz Conselheiro António Santos Carvalho	**Sócio n.º 110**
Cadeira n.º 12	V/Almirante Henrique Alexandre Fonseca (Presidente)	**Sócio n.º 570**
Cadeira n.º 13	Major General João Jorge Vieira Borges	**Sócio n.º 968**
Cadeira n.º 14	Ten. Cor. João José Brandão Ferreira	**Sócio n.º 73**
Cadeira n.º 15	Embaixador Eurico Jorge Henrique Paes	**Sócio n.º 625**
Cadeira n.º 16	Doutora Maria da Conceição Cunha e Sá	**Sócio n.º 312**
Cadeira n.º 17	Prof. Doutor José Eduardo Franco	**Sócio n.º 507**
Cadeira n.º 18	António Bernardino e Silva Gonçalves (Secretário)	**Sócio n.º 101**
Cadeira n.º 19	Dr. José Duarte Almeida Ribeiro e Castro	**Sócio n.º 649**
Cadeira n.º 20	Prof. Doutor Renato Manuel Laia Epifânio	**Sócio n.º 786**
Cadeira n.º 21	Dr. Luis Gonzaga Villas-Boas Marques	**Sócio n.º 85**
Cadeira n.º 22	Prof.ª Doutora Annabela de Carvalho Vicente Rita	**Sócio n.º 611**
Cadeira n.º 23	Embaixador João Rosa Lã	**Sócio n.º 752**
Cadeira n.º 24	D. Lourenço de Almada	**Sócio n.º 471**
Cadeira n.º 25	Dr. Juiz José António Penetra Lúcio	**Sócio n.º 221**
Cadeira n.º 26	Doutor João Craveiro Lopes Lobão	**Sócio n.º 369**
Cadeira n.º 27	Dr. Francisco Guilherme Garcia dos Santos	**Sócio n.º 88**
Cadeira n.º 28	Juiz Conselheiro José Monteiro da Silva	**Sócio n.º 116**
Cadeira n.º 29	Dr. António Leite da Costa	**Sócio n.º 406**
Cadeira n.º 30	Dr. José de Magalhães Valle de Figueiredo	**Sócio n.º 57**
Cadeira n.º 31	Doutor João Abel Baptista da Fonseca	**Sócio n.º 318**
Cadeira n.º 32	Tenente General José Baptista Pereira	**Sócio n.º 66**
Cadeira n.º 33	Tenente General Alexandre Sousa Pinto	**Sócio n.º 501**
Cadeira n.º 34	Doutor Jorge Pereira Sampaio	**Sócio n.º 168**
Cadeira n.º 35	Major Eng.º Luís Filipe Ribeiro F. Barbosa	**Sócio n.º 774**
Cadeira n.º 36	Capitão-de-Mar-e-Guerra Doutor José Malhão Pereira	**Sócio n.º 389**
Cadeira n.º 37	Prof.ª Doutora Ana Maria Homem Leal de Faria	**Sócio n.º 767**
Cadeira n.º 38	Dr.ª Margarida Maria Sancho da Silva Gonçalves Neto	**Sócio n.º 648**
Cadeira n.º 39	Padre Dr. Duarte Barros da Cunha	**Sócio n.º 126**
Cadeira n.º 40	General Luís Vasco Valença Pinto	**Sócio n.º 540**

1.4 Sócios

No final de 2023 a SHIP contava com 1117 associados.

Aliás, o nosso esforço, mais do que aumentar a qualquer preço o volume de associados, tem sido acolher adesões que sejam significativas, quer pela qualidade e prestígio dos nossos consócios, quer pela área de residência, permitindo uma mais densa cobertura do espaço nacional. A Sociedade Histórica tem sócios de classe elevada, idade avançada e rendimentos médios, predominando alta função pública, oficiais generais e superiores das Forças Armadas e Militarizadas, Magistrados, Diplomatas, Professores, Quadros Superiores do sector empresarial e Profissões Liberais.

À data de 1 de Setembro de 2022 (em que se procedeu à renumeração administrativa de sócios), relembramos que até ao final desse mesmo ano foram exonerados associados que, ao abrigo do Artº.17 dos Estatutos da SHIP, persistiam no não pagamento das quotas, bem como a baixa definitiva de outros sócios sem contactos conhecidos ou, que pediram por vontade própria e expressa a exoneração. Após essa data (de 1 de Setembro de 2022 e até ao final desse ano), pediram exoneração ou foram exonerados 15 sócios e tivemos ainda conhecimento do falecimento de 5 sócios.
Durante o ano de 2023 inscreveram-se 73 sócios.
38 associados foram exonerados.
E, tivemos informação do falecimento de 37 associados.
Dos 1117 associados, 283 são isentos , ao abrigo do Art.º 15 dos Estatutos.
Todos os outros distribuem-se pelas seguintes Categorias:

Sócios por Tipo vs Categoria Categoria

Tipo Sócio	B	C	E	EC	HI	HO	IS	MO	Total Geral
BENEMÉRITOS	4								4
CORRESPONDENTES		44							44
EFECTIVOS			691						691
EXTRAORDINÁRIOS				23					23
HONORÁRIO ISENTOS*					40				40
HONORÁRIOS						20			20
ISENTOS							283		283
MÉRITO			1					11	12
Total Geral	**4**	**44**	**692**	**23**	**40**	**20**	**283**	**11**	**1117**

*Esta categoria/designação reflecte a decisão da Direcção de incluir a título perpétuo, os primeiros 40 números , como homenagem aos primeiros constituidores da Comissão central 1.º de Dezembro e subscritores do Manifesto de 1861

MORADAS DE SÓCIOS POR DISTRITOS, REGIÕES AUTÓNOMAS E ESTRANGEIRO

AÇORES	4
ANDORRA	1
ANGRA DO HEROÍSMO	2
AVEIRO	4
BÉLGICA	1
BRAGA	4
BRAGANÇA	1
BRASIL	5
CANADÁ	3
CASTELO BRANCO	7
COIMBRA	11
ÉVORA	12
FARO	22
FRANÇA	4
GUARDA	6
ITÁLIA	4
LEIRIA	10
LISBOA	862
MACAU	7
MADEIRA	2
POLÓNIA	1
PONTA DELGADA	1
PORTALEGRE	3
PORTO	28
SANTARÉM	10
SETÚBAL	50
SUIÇA	1
VENEZUELA	1
VIANA DO CASTELO	4
VISEU	3
SEM MORADA CONHECIDA	43
TOTAL	**1117**

1.4 Cerimónias Comemorativas do 1.º de Dezembro

As Cerimónias Comemorativas do 1.º de Dezembro voltaram à normalidade e puderam cumprir um vasto programa.
As comemorações deste dia nacional tiveram início no dia 29 de Novembro, pelas 21h00, com o Concerto de Portugal, da Restauração e da Independência, no cine teatro Capitólio, em que a Banda da Armada, sob a regência do maestro Capitão-de-fragata Délio Gonçalves, ofereceu a todos os presentes mais uma magnífica actuação
Na manhã do dia 1 de Dezembro, as cerimónias iniciaram-se às 9h00, com o hastear das Bandeiras, no Palácio da Independência, sede da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, pelos Presidente da Direcção, Dr. José Ribeiro e Castro, do Conselho Supremo, Vice Almirante Henrique Alexandre da Fonseca e pelo Director, Comandante Jorge Paiva e Pona.
As cerimónias prosseguiram, às 10h00, com a habitual homenagem aos Heróis da Restauração, na Praça dos Restauradores. Foi mantido o protocolo de anos anteriores, com a colocação de duas tribunas: a tribuna Presidencial e a tribuna Diplomática.
Na tribuna Presidencial estiveram presentes, o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, a Ministra da Defesa Nacional, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, a Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, o Presidente do partido CHEGA, o Chefe do Estado Maior do Exército, os representantes dos Chefes dos Estados Maiores da Armada e da Força Aérea, o Chefe da Casa Militar da Presidência da República, o Comandante Geral da GNR, o Vice Procurador Geral da República, o representante do Director Nacional da PSP, Dom Duarte Pio e sua mulher D.ª Isabel de Herédia, diversos Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, além dos directores dos estabelecimentos militares e civis de ensino convidados.
Na tribuna Diplomática, presidida pelo Presidente do Conselho Supremo, Vice Almirante Henrique Alexandre Henrique da Fonseca, estivaram presentes o Ministro do Tribunal Militar do Brasil, os Embaixadores de Angola, Alemanha, Timor Leste, Bulgária, República Dominicana, e Venezuela, bem como os representantes das Embaixadas do Uruguai, Cuba, Roménia, Líbia, Rússia, Japão, Cabo Verde e Tunísia, entidades com protocolo de colaboração com a SHIP, Directores e vários associados.
Com a chegada do Presidente da República e prestadas as devidas honras militares, deu-se início às cerimónias com o içar das bandeiras Nacional e da Restauração, ao som dos respectivos hinos, tocados pela Banda da Armada e interpretados pelo Coro Infantil e Juvenil da Casa Pia de Lisboa.
De seguida usaram da palavra o Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Dr. José Ribeiro e Castro, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Carlos Moedas e a Ministra da Defesa Nacional, Professora Doutora Helena Carreiras.
No monumento estavam já as coroas de flores previamente depositadas e ofertadas pelas entidades presentes, tendo o Presidente da República prestado uma singela homenagem aos Heróis da Restauração da Independência e da Guerra da Aclamação, junto ao Monumento. Esta evocação foi acompanhada com os toques de silêncio, homenagem aos mortos e alvorada, executados por um terno de clarins da Marinha.
A terminar a cerimónia, foram arriadas as bandeiras Nacional e da Restauração, ao som do Hino Nacional, uma vez mais tocado pela Banda da Armada e interpretado pelo Coro Infantil e Juvenil da Casa Pia de Lisboa, saindo as mesmas do dispositivo com a dignidade que lhe é devida.
De seguida o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, a Ministra da Defesa Nacional, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e as mais altas individualidades presentes, deslocaram-se ao Palácio da Independência, tendo sido recebidos pelo Presidente da

Direcção da Sociedade Histórica, tendo visitado a exposição "900 anos de Portugal" e assinado o Livro de Honra da Sociedade Histórica.
Seguiu-se a Missa Solene de Acção de Graças, pelas 12h00, na Igreja de São Domingos, presidida pelo Reverendo Monsenhor Duarte da Cunha, sócio da SHIP e membro do Conselho Supremo. Os cânticos litúrgicos foram interpretados pelo Coro Polyphonia Schola Cantorum.
Da parte da tarde, pelas 15h00, teve lugar o X Desfile Nacional de Bandas Filarmónicas, uma organização conjunta da Câmara Municipal de Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, EGEAC e Movimento 1.º de Dezembro.
O desfile, que teve início na Av. da Liberdade, junto ao cinema S. Jorge e terminou junto ao monumento dos Restauradores, contou com presença da Banda Sinfónica da Polícia de Segurança Pública, um grupo de bombos e vinte e seis bandas filarmónicas, totalizando cerca de 1.800 músicos, estando representados 15 Distritos do Continente.
A encerrar o desfile, foram interpretados, em conjunto por todas as bandas presentes, sob a regência do Maestro da Banda Sinfónica da Policia de Segurança Pública, Subintendente Ferreira Brito, os Hinos da Maria da Fonte, da Restauração e a versão na íntegra do Hino Nacional, interpretado pela soprano Madalena Leal de Faria e pelo tenor Pedro Tavares.
Pelas 17h00, no Salão Nobre do Palácio da Independência, teve lugar uma mensagem alusiva ao 1.º de Dezembro, por S.A.R. Dom Duarte, Duque de Bragança, a que se seguiu a assinatura do Livro de Honra da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
Encerraram-se as comemorações com o arriar das bandeiras no Palácio.

2. Análise Económica e Financeira

Em 2023 a receita da quotização – no valor de 230.032,83 euros – continua a não cobrir a massa salarial, no montante de 182.441,76 euros, os custos com contratos anuais no montante de 29.702,56 euros e os custos com fornecimentos e serviços externos que foram no montante de 20.940,42 euros, pelo que, no curto prazo, e na ausência de obras de fundo no Palácio da Independência, que o abra aos milhares de turistas que demandam Lisboa e a Baixa Chiado, a Sociedade Histórica não é sustentável sem o apoio do Estado. Aliás, como sucede com as Academias e a Sociedade de Geografia de Lisboa.

O Balanço de 2023, a apresentar à Assembleia Geral, revela os seguintes macro valores: despesa 311.294,26 euros; receita 349.716,37 euros; ou seja, um superavit do ano: + 38.422,11 euros, derivado essencialmente do acréscimo do fomento associativo relativamente ao ano transato (+ 62.344,33 euros).As Contas são assinadas por CC – Contabilista Certificado – no cumprimento do SNC – Sistema Nacional de Contabilidade, aplicado às ESFL – Entidades Sem Fins Lucrativos. A Sociedade Histórica não tem encargos bancários nem endividamento.

A Sociedade não tem dividas perante a Autoridade Tributaria nem perante a Segurança Social e as remunerações e subsídios são pagos nos prazos legais.

A Sociedade Histórica orgulha-se da sua profunda responsabilidade social, concedendo redução ou isenção de custos de utilização temporária de espaços no Palácio a instituições, culturais e sociais, desprovidas de meios de pagamento das suas atividades de interesse público, que exijam interface com a sociedade civil.

A Câmara Municipal de Lisboa confirmou, pela assinatura solene, em 24 de Maio de 2021, de dois Protocolos com a Sociedade Histórica, sendo um tripartido também com a DGPC, dirigidos à obra de recuperação do Conjunto Monumental – Palácio da Independência, assim consolidando a promessa pública do Município (cujo cumprimento se iniciou com o Protocolo de 2019, então destinado ao projecto): Por estes actos reconhece a importância histórica e patrimonial do Palácio e seu Conjunto Monumental,

visando a sua abertura ao público, especialmente no jardim já existente e num novo espaço museológico. Estes dois últimos Protocolos foram aprovados pela Câmara e Assembleia Municipais, ainda antes das eleições autárquicas de 2022.

Entre 2020 e 2022, o Município de Lisboa transferiu para a Sociedade Histórica, como receita consignada, a importância de 123 000 euros, outra tranche de 377.365 euros perfazendo o total de 500.365 euros destinados à elaboração do Projecto de Recuperação do Conjunto Monumental Palácio da Independência.

Do financiamento inicial da CML de 123.000 euros para o Projecto de Recuperação do Conjunto Monumental, os valores já despendidos em projetos foram de 96.816,50 euros.

Assim, a recuperação de fundo do Palácio da Independência assenta, no futuro, no cumprimento daqueles dois Protocolos de cooperação assinados a 24 de Maio de 2021, sendo um deles tripartido e aprovado também pelo Ministério da Cultura/Direcção Geral do Património Cultural. Envolvem as seguintes três partes: Sociedade Histórica – dona da obra; Município de Lisboa – financiador; e Ministério da Cultura – Direcção Geral do Património Cultural, representante do Estado proprietário e supervisor da intervenção.

2.1 Situação de Tesouraria (2012/2023)

A situação de tesouraria evoluiu entre (2012/2023), de acordo com o seguinte quadro:

DISPONIBILIDADES TESOURARIA IMEDIATA

	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023
Depósitos	10.799	201.403	175.893	135.864	120.162	105.921	48.261	69.514	92.737	429.955	642.731	814.217
A Receber	20.713	17.413	1.670	13.118	21.275	23.940	24.659	113	17.250	4.789	4.796	5.989
Soma	**31.512**	**218.816**	**177.563**	**148.982**	**141.437**	**129.863**	**72.920**	**69.627**	**109.987**	**434.744**	**647.527**	**820.206**
A Pagar	-56.799	-5.617	-1.254	-4.190	-8.125	-7.961	-2.949	-42.829	-23.200	-27.375	-27.416	-31.252
Dívidas Banca	-69.923											
Vencimentos	-5.752	-4.370	-37	-68				-45	-45	0	0	0
Impostos	-6.112	-6.613	-6.884	-3.438	-3.938	-5.323	-10.261	-9.271	-6.194	-4.687	-9.554	-8.629
Soma	**-138.586**	**-16.600**	**-8.170**	**-7.707**	**-12.063**	**-13.283**	**-13.210**	**-52.145**	**-29.439**	**-32.062**	**-36.970**	**-39.881**
Saldo	**-107.074**	**202.216**	**169.393**	**141.280**	**129.374**	**116.580**	**59.710**	**17.482**	**80.548**	**402.683**	**610.557**	**780.325**
Variação	[illegible]	**309.290**	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	**63.066**	**385.202**	**330.008**	**377.642**

No plano dos principais rácios do balanço de 2023, as despesas com o pessoal tiveram um decréscimo de 3,9% e os FSE – Fornecimentos e Serviços Externos tiveram um acréscimo de 18,2 %, os gastos de Depreciação e Amortização quase que duplicaram porque passaram a ser amortizados os bens que foram doados à sociedade. Outros Gastos e Perdas aumentaram 33,2 %.

A Sociedade Histórica não tem juros de endividamento/bancário.

A nível de contas de balanço não se verificaram acréscimos significativos.

Por outro lado, relativamente a disponibilidades de tesouraria em depósitos bancários, o valor disponível sofreu um aumento significativo em 2022 essencialmente porque foi recebido o valor da alienação da nua propriedade do imóvel sito na Avenida de Roma por 207.370 euros.

2.2 Demonstração de Resultados e Balanço

2.2.1 Execução Orçamental

Analisando, de modo geral, a execução orçamental de 2023, poder-se-á referir, em síntese:

• RECEITA – 349.716,37 euros (trezentos e quarenta e nove mil, setecentos e dezasseis euros e trinta e sete cêntimos), distribuídos pelos seguintes valores principais:

- Comemorações dia da SHIP	865,00
- Comemorações 1º Dezembro	2.310,00
- Edições SHIP- stock existente	4.512,00
- Conferências	300,00
- Seminários	3.585,00
- Visitas ao Palácio	1.168,50
- Academia Luis de Camões	1.050,00
- Outras Visitas	1.618,00
- Visitas Culturais em Portugal	26.196,00
- Fomento Associativo	230.032,83
- Donativos Gerais	4.171,53
- Subsídios Diversos	16.564,08
- Plano Financiamento	3.971,77
- FSE- Serviços Secundários	321,50
- Comunicações	149,81
- Contratos Anuais-Rendas	1.380,00
- Edição Boletim Informativo	1.000,00
- Sub. Min.D. Nacional	5.700,00
- Com.Port.Hist.Militar	17.100,00
- Protocolos (Junta de Freguesia)	3.688,50
- Fundo Sande Lemos	23.168,50

• DESPESA – 311.294,26 euros (trezentos e onze mil, duzentos e noventa e quatro euros e vinte e seis cêntimos) distribuídos pelos valores mais significativos:

- Comemorações dia da SHIP	5.507,76
- Comemorações 1º Dezembro	3.798,72
- Prémio Aboim Sande Lemos	10.000,00
- Edições SHIP- stock existente	4.733,80
- Conferências	266,17
- Seminários	1.672,16
- Outras Visitas	322,05
- Visitas Culturais em Portugal	17.498,03
- Conservação e reparação	3.158,00
- Forn.Serv.Externos	20.940,42
- Comunicações	6.002,04
- Mat.Consumo Corrente	2.428,72
- Contratos Anuais	29.702,56
- Custos com Pessoal	182.441,76
- Custos e Perdas Financeiras	1.175,71
- Notariado e impostos (IMI)	4.824,07
- Fundo Sande Lemos	1.540,07
- Amortizações do exercício	14.130,12

É de salientar que nos custos com pessoal já estão considerados os direitos adquiridos pelos colaboradores em 2023 de receberem a retribuição das férias e o respetivo subsídio, bem como os encargos com a Segurança Social e a Fiscalidade. Note-se que incluímos nesta rubrica os custos com as deslocações, transportes de pessoal, diuturnidades, abonos para falhas, isenção de horário de trabalho.

SALDO – positivo de 38.422,11 euros (trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e dois euros e onze cêntimos).

2.2.2 Demonstração de Resultados

Quadro I

Sociedade Histórica da Independência de Portugal

Contribuinte: 500 875 294

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS UNIDADE MONETARIA €

PERIODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
			31-12-2023	31-12-2022
	GASTOS			
61	Custo Livros Vendidos	11	3.701,30	1.260,82
62	Fornecimentos e serviços externos	19.9	105.780,36	89.485,97
63	Gastos com o pessoal	17	181.913,16	189.207,58
64	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5; 6	14.130,12	6.622,14
65	Perdas por Imparidade			
68	Outros Gastos e Perdas	19.1	5.769,32	4.329,74
69	Gastos e Perdas de Financiamento			
	TOTAL DOS GASTOS		311.294,26	290.906,25
	RENDIMENTOS			
71	Vendas	12	4.512,00	5.033,80
72	Prestações de Serviços	12	34.357,50	46.046,50
75	Subsidios à Exploração	14	31.958,58	5.000,00
78	Outros Rendimentos e Ganhos	15	278.888,29	388.171,92
79	Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares			
	TOTAL DOS RENDIMENTOS		349.716,37	444.252,22
	Resultado liquido do periodo		38.422,11	153.345,97

Pela Direção

O Presidente

(José Ribeiro e Castro)

O Contabilista Certificado

Maria Gracinda Barata Monteiro

CC Nº 21780

Quadro II

Sociedade Histórica da Independência de Portugal

Contribuinte: 500 875 294

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 **UNIDADE MONETARIA €**

CONTAS	RUBRICAS	NOTAS	DATAS 31-12-2023	DATAS 31-12-2022
	ACTIVO			
	Activo não corrente			
43	Activos fixos tangiveis	5; 8	932 744,91	514 517,78
42	Propriedades de Investimento - Bens do Património Histórico e Cu	7	-	-
44	Activos intangiveis	6	-	-
45	Investimentos (em Curso)			
			1 029 561,41	606 697,33
	Activo corrente			
33	Inventários	11	55 665,70	51 649,46
21	Clientes	19.1	5 989,00	5 489,00
22	Adiantamentos a Fornecedores	19.6	273,47	315,61
	Estado e outros entes publicos		-	-
	Accionistas/sócios		-	-
27	Outras contas a receber	19.2	2 341,52	2 065,00
28	Diferimentos	19.3	921,03	699,00
12	Depósitos bancários e Caixa			
			879 669,60	703 060,99
	Total do activo		1 909 231,01	1 309 758,32
	FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
	Fundos Patrimoniais			
54	Prémios (fundo Sande Lemos)	19.5	14 708,00	14 708,00
56	Resultados transitados	19.5	329 700,54	176 354,57
59	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	14;19.5	1 472 126,87	913 602,22
81	Resultado liquido do exercicio	16	38 422,11	153 345,97
	Total do Fundos Patrimoniais		1 854 957,52	1 258 010,76
	Passivo			
22	Fornecedores	19.6	5 527,74	5 698,76
21	Adiantamentos de clientes	19.1	1 275,00	1 275,00
24	Estado e outros entes publicos	19.7	8 629,16	9 554,32
27	Outras contas a pagar	19.8	31 252,33	27 417,60
28	Diferimentos			
			54 273,49	51 747,56
	Total do passivo		54 273,49	51 747,56
	Total do Fundos Patrimoniais e do passivo		1 909 231,01	1 309 758,32

Pela Direção

O Presidente

(José Ribeiro e Castro)

O Contabilista Certificado

Maria Gracinda Barata Monteiro

CC Nº 21780

2.2.3 – Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2023

Índice

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ANEXO

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

3.2 POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

8 INVESTIMENTOS EM CURSO

9 LOCAÇÕES FINANCEIRAS

10 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

11 INVENTÁRIOS

12 RÉDITO

13 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

14 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

15 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

16 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

17 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

18 OUTRAS INFORMAÇÕES

18.1 CLIENTES

18.2 OUTRAS CONTAS A RECEBER

18.3 DIFERIMENTOS

18.4 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

18.5 FUNDOS PATRIMONIAIS

18.6 FORNECEDORES

18.7 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

18.8 OUTRAS CONTAS A PAGAR

18.9 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

18.10 OUTROS GASTOS E PERDAS

18.11 ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Balanço

Sociedade Histórica da Independência de Portugal

Contribuinte: 500 875 294

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 **UNIDADE MONETARIA €**

CONTAS	RUBRICAS	NOTAS	DATAS 31-12-2023	DATAS 31-12-2022
	ACTIVO			
	Activo não corrente			
43	Activos fixos tangiveis	5; 8	932.744,91	514.517,78
42	Propriedades de Investimento - Bens do Património Histórico e Cu	7	-	-
44	Activos intangiveis	6	-	-
45	Investimentos (em Curso)			
			1.029.561,41	606.697,33
	Activo corrente			
33	Inventários	11	55.665,70	51.649,46
21	Clientes	19.1	5.989,00	5.489,00
22	Adiantamentos a Fornecedores	19.6	273,47	315,61
	Estado e outros entes publicos		-	-
	Accionistas/sócios		-	-
27	Outras contas a receber	19.2	2.341,52	2.065,00
28	Diferimentos	19.3	921,03	699,00
12	Depósitos bancários e Caixa			
			879.669,60	703.060,99
	Total do activo		1.909.231,01	1.309.758,32
	FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
	Fundos Patrimoniais			
54	Prémios (fundo Sande Lemos)	19.5	14.708,00	14.708,00
56	Resultados transitados	19.5	329.700,54	176.354,57
59	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	14;19.5	1.472.126,87	913.602,22
81	Resultado liquido do exercicio	16	38.422,11	153.345,97
	Total do Fundos Patrimoniais		1.854.957,52	1.258.010,76
	Passivo			
22	Fornecedores	19.6	5.527,74	5.698,76
21	Adiantamentos de clientes	19.1	1.275,00	1.275,00
24	Estado e outros entes publicos	19.7	8.629,16	9.554,32
27	Outras contas a pagar	19.8	31.252,33	27.417,60
28	Diferimentos	19.3	7.589,26	7.801,88
			54.273,49	51.747,56
	Total do passivo		54.273,49	51.747,56
	Total do Fundos Patrimoniais e do passivo		1.909.231,01	1.309.758,32

Pela Direção

O Presidente

(José Ribeiro e Castro)

O Contabilista Certificado

Maria Gracinda Barata Monteiro

CC Nº 21780

Demonstração de Resultados

Sociedade Histórica da Independência de Portugal

Contribuinte: 500 875 294

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS UNIDADE MONETARIA €

PERIODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 31-12-2023	PERÍODOS 31-12-2022
	GASTOS			
61	Custo Livros Vendidos	**11**	3.701,30	1.260,82
62	Fornecimentos e serviços externos	**19.9**	105.780,36	89.485,97
63	Gastos com o pessoal	**17**	181.913,16	189.207,58
64	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	**5; 6**	14.130,12	6.622,14
65	Perdas por Imparidade		-	-
68	Outros Gastos e Perdas	**19.1**	5.769,32	4.329,74
69	Gastos e Perdas de Financiamento			
	TOTAL DOS GASTOS		311.294,26	290.906,25
	RENDIMENTOS			
71	Vendas	**12**	4.512,00	5.033,80
72	Prestações de Serviços	**12**	34.357,50	46.046,50
75	Subsidios à Exploração	**14**	31.958,58	5.000,00
78	Outros Rendimentos e Ganhos	**15**	278.888,29	388.171,92
79	Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares		-	-
	TOTAL DOS RENDIMENTOS		349.716,37	444.252,22
	Resultado liquido do periodo		38.422,11	153.345,97

Pela Direção

O Presidente

(José Ribeiro e Castro)

O Contabilista Certificado

Maria Gracinda Barata Monteiro

CC Nº 21780

Anexo

1 Identificação da Entidade

A Sociedade Histórica da Independência de Portugal, doravante abreviadamente designada por SHIP, tem 1117 associados, de classe elevada, idade avançada e rendimentos médios, predominando alta função publica, oficiais, generais e superiores das Forças Armadas e Militarizadas, Magistrados, Diplomatas, professores, Quadros Superiores do sector empresarial e Profissões Liberais.

A quota é de 50 euros/ano e não cobre as despesas de funcionamento.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e atualizada pelo Aviso nº 8259/2015, de 29 de julho.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados

contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade, sendo que a materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas pelos utentes com base nas demonstrações financeiras. Poderão existir itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, contudo podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confiramsegurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. Aexclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados poresse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise,de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisõesexcessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidadee levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade ao longo

do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem serdivulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

Nada indica que possa ter havido alterações de critérios contabilísticos.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

a) A retribuição total paga ou recebida;

b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;

c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e deeventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que delesadvenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado paracada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada conforme tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui não só o custo de compra, mas também quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadascomo gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o períodode vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada conforme tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Ativos Fixos Tangiveis	4 - 10

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferençaentre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que as mesmas se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

Os ativos fixos tangíveis têm estado a ser registados ao custo histórico e dada a natureza especial destaentidade alguns dos seus itens estão a ser avaliados periodicamente.

3.2.4 Propriedades de Investimento

Esta rubrica inclui essencialmente os edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ouvalorização do capital. Estes ativos não se destinam a venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" estão registadas pelo valor determinado por avaliação efetuada porEntidade especializada independente em 2012. No que se refere às reparações, as mesmas estão valorizadas ao custo de aquisição. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento",que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros quedecorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto, as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Os ativos constantes da rubrica de Propriedades de Investimento têm estado a ser registados ao custo histórico e dada a natureza especial desta entidade alguns dos seus itens estão a ser avaliados periodicamente.

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. Ovalor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superiorao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

3.2.7 Instrumentos Financeiro

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam serimediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valornominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundo" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provávelque, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um ex-fluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezasintrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados sempre que a possibilidade de existir ex-fluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

A empresa não regista a 31 de dezembro de 2022 quaisquer "Empréstimos Obtidos".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC),estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em

que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao Diretor-Geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobrea matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.
As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, duranteum período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia bruta escriturada, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no exercício de 2023 e de 2022 foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2023					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências / Regularizações	Revalorizações	Saldo final
Edificios e Outras Construções	**1.273.109,28**	**432.357,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.705.466,53**
União das Freguesias de Faro	204.765,11					204.765,11
Edificios- Grandes Reparações (anteriores a 2011)	824.595,03					824.595,03
Predio 5 Outubro - Fundo Sande Lemos:	**223.296,54**	**432.357,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**655.653,79**
Predio 5 Outubro - Avaliação 2012	159.009,42					159.009,42
Predio 5 Outubro - Obras de 2018 e 2019	64.287,12					64.287,12
Predio São Pedro Faro 10380-Doação		384.500,00				384.500,00
Predio Évora 965-Doação		47.857,25				47.857,25
Obras Fonte do Jardim	20.452,60					20.452,60
Equipamento Administrativo:	**106.758,53**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**106.758,53**
Eq.informatico, som, imagem e diversos	15.473,53					15.473,53
Avaliação 2015	91.285,00					91.285,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis:	**47.450,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**47.450,00**
Biblioteca	35.000,00					35.000,00
Quadros-Obras de Arte	12.450,00					12.450,00
Total	**1.427.317,81**	**432.357,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.859.675,06**
	Depreciações acumuladas					
Edificios e Outras Construções	**862.326,51**	**14.130,11**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**876.456,62**
União das Freguesias de Faro	0,00					0,00
Edificios- Grandes Reparações (anteriores a 2011)	824.595,03					824.595,03
Predio 5 Outubro - Fundo Sande Lemos:	**36.708,84**	**12.084,86**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**48.793,70**
Predio 5 Outubro - Avaliação 2012	23.851,40	2.385,14				26.236,54
Predio 5 Outubro - Obras de 2018 e 2019	12.857,44	3.214,36				16.071,80
Predio São Pedro Faro 10380-Doação		5.767,50				5.767,50
Predio Évora 965-Doação		717,86				717,86
Obras Fonte do Jardim	1.022,64	2.045,25				3.067,89
Equipamento Administrativo:	**15.473,53**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.473,53**
Eq.informatico, som, imagem e diversos	3.233,67					3.233,67
Avaliação 2015	12.239,86					12.239,86
Outros Ativos Fixos Tangíveis:	**35.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**35.000,00**
Biblioteca	35.000,00					35.000,00
Quadros-Obras de Arte						0,00
Total	**912.800,04**	**14.130,11**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**926.930,15**

Ativo Fixo Tangivel Liquido **514.517,77**

Refira-se neste ano o registo de duas doações uma em São Pedro Faro no montante de 384.500,00 euros outra em Évora no montante de 47.857,05 euros.

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências / Regularizações	Revalorizações	Saldo final
Edificios e Outras Construções	**1.252.656,68**	**20.452,60**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.273.109,28**
União das Freguesias de Faro	204.765,11					204.765,11
Edificios- Grandes Reparações (anteriores a 2011)	824.595,03					824.595,03
Predio 5 Outubro - Fundo Sande Lemos:	**223.296,54**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**223.296,54**
Predio 5 Outubro - Avaliação 2012	159.009,43					159.009,43
Predio 5 Outubro - Obras de 2018 e 2019	64.287,12					64.287,12
Obras Fonte do Jardim	0,00	20.452,60				20.452,60
Equipamento Administrativo:	**106.758,53**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**106.758,53**
Eq.informatico, som, imagem e diversos	15.473,53					15.473,53
Avaliação 2015	91.285,00					91.285,00
Outros Ativos Fixos Tangiveis:	**47.450,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**47.450,00**
Biblioteca	35.000,00					35.000,00
Quadros-Obras de Arte	12.450,00					12.450,00
Total	**1.406.865,21**	**20.452,60**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.427.317,81**
Depreciações acumuladas						
Edificios e Outras Construções	**855.704,37**	**6.622,14**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**862.326,51**
União das Freguesias de Faro	0,00					0,00
Edificios- Grandes Reparações (anteriores a 2011)	824.595,03					824.595,03
Predio 5 Outubro - Fundo Sande Lemos:	**31.109,34**	**5.599,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**36.708,84**
Predio 5 Outubro - Avaliação 2012	21.466,26	2.385,14				23.851,40
Predio 5 Outubro - Obras de 2018 e 2019	9.643,08	3.214,36				12.857,44
Obras Fonte do Jardim	0,00	1.022,64				1.022,64
Equipamento Administrativo:	**15.473,53**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.473,53**
Eq.informatico, som, imagem e diversos	3.233,67					3.233,67
Avaliação 2015	12.239,86					12.239,86
Outros Ativos Fixos Tangiveis:	**35.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**35.000,00**
Biblioteca	35.000,00					35.000,00
Quadros-Obras de Arte						0,00
Total	**906.177,90**	**6.622,14**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**912.800,04**

Ativo Fixo Tangível Liquido **500.687,31**

O material administrativo é composto por diversas rubricas:

- Equipamento informático, equipamento de som e imagem, mobiliário diverso, quadros, painel de azulejos, etc.

A avaliação de 2015 refere-se a uma avaliação independente efetuada em 2015 para todo este equipamento informático e está assim registado na contabilidade dado tratar-se de muito material. O valor total da avaliação do equipamento administrativo é de 103.705,00 € incluindo o equipamento informático, de som e imagens. Daí que esta rubrica apresente apenas o valor de 91.255,00 €.

As obras de arte são as seguintes:

- Quadro Gabriela Costa 350,00
- Quadro Lusitana Pátria Minha 5.000,00
- Quadro D. João IV 2.300,00
- Quadro São Nuno Santa Maria 2.600,00
- Quadro Rainha D. Leonor 2.200,00

Por se tratar de obras de arte podem não ser amortizadas ao abrigo do DL 25/2009.

Deve ser feita uma avaliação independente, assim que possível a todos os imoveis da sociedade a fimde ser definido o valor real dos mesmos.

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada noperíodo de 2023 e de 2022, foram as seguintes:

	2023					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências / Regularizações	Revalorizações	Saldo final
Valor Aquisição						
Programas de Computador	2.978,14					2.978,14
Total	**2.978,14**	0,00	0,00	0,00	0,00	**2.978,14**
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	2.978,14					2.978,14
Total	**2.978,14**	0,00	0,00	0,00	0,00	**2.978,14**

Ativo Fixo Tangivel Liquido **0,00** **0,00**

	2022					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências / Regularizações	Revalorizações	Saldo final
Valor Aquisição						
Programas de Computador	2.978,14					2.978,14
Total	**2.978,14**	0,00	0,00	0,00	0,00	**2.978,14**
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	2.978,14					2.978,14
Total	**2.978,14**	0,00	0,00	0,00	0,00	**2.978,14**

Ativo Fixo Tangivel Liquido **0,00** **0,00**

8 Investimentos em Curso

Referem-se a trabalhos de restauro e pintura das paredes circundantes e dos paneis de azulejos do Jardim iniciadas em outubro de 2020, sendo que as obras de restauração do Palácio ainda não tiveram início.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no período de 2021 a 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2023					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências / Regularizações	Revalorizações	Saldo final
Valor Aquisição						
Obras no Palacio-CML	92.179,55	4.636,95	-	-	-	96.816,50
Total	**92.179,55**	**4.636,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**96.816,50**
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total	**92.179,55**	**4.636,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**96.816,50**

Ativo Fixo Tangivel Liquido **92.179,55** **96.816,50**

	2022					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências / Regularizações	Revalorizações	Saldo final
Valor Aquisição						
Obras no Palacio-CML	90.703,55	1.476,00	-	-	-	92.179,55
Total	**90.703,55**	**1.476,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**92.179,55**
Fonte do Jardim	20.452,60	-	-	-20.452,60	-	0,00
Total	**20.452,60**	**0,00**	**0,00**	**-20.452,60**	**0,00**	**0,00**
Total	**111.156,15**	**1.476,00**	**0,00**	**-20.452,60**	**0,00**	**92.179,55**

Ativo Fixo Tangivel Liquido **111.156,15** **92.179,55**

As obras dos painéis de azulejos circundantes à Fonte do Jardim foram no montante de 20.452,60 eurostendo sido recebidos da Fundação Millennium BCP a quantia de 15.000 euros em 2021 e 5.500 euros em 2022. A custos apenas são considerados os valores das amortizações do exercício segundo as regras do SNC. No exercício de 2023 passamos a assumir o proveito respetivo conforme as regras do SNC.

Os dispêndios com os projetos de reconstrução do Palácio totalizam até ao momento 96.816,50 euros, tendo já sido recebido da Câmara Municipal de Lisboa o montante de 628.625 euros. Os investimentos em causa são apresentados no Balanço juntamente com os ativos tangíveis.

9 Locações Financeiras

A Entidade não detém qualquer contrato de locação financeira.

10 Empréstimos Obtidos

A Entidade não detém qualquer empréstimo obtido.

11 Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava osseguintes valores:

	Ano 2023	Ano 2022
Descrição	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existencias Iniciais	51.649,46	52.910,28
Compras	6.685,04	-
Ofertas e abates	1.032,50	-
Correcções exercicios anteriores	-	-
Desvalorizaçao de Stock	-	-
Existencias Finais	**55.665,70**	**51.649,46**
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.701,30	1.260,82

As existências em inventários referem-se a livros para venda, crachás e emblemas.

12 Rédito

No que se refere aos anos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Vendas	**4.512,00**	**5.033,80**
Prestação de Serviços	**34.357,50**	**46.046,50**
Turismo Cultural	-	-
Visitas guiadas	27.458,00	43.671,50
Cursos	2.653,00	1.290,00
Comemorações Ship	3.910,00	1.085,00
Serv.Secundarios	336,50	
Total	**38.869,50**	**51.080,30**

As vendas referem-se a variações nos inventários de livros.

As prestações de serviços têm origem em outras atividades da Sociedade Histórica, como cursos, exposições, conferencias, lançamentos de livros, bem como visitas culturais.

13 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No período em questão, não ocorreram operações relativas a provisões, passivos contingentes e ativoscontingentes.

Os restantes subsídios foram reconhecidos em investimento uma vez que segundo as normas do SNC (Sistema de Normalização contabilística) os subsídios apenas deverão ser reconhecidos em proveitos namesma proporção do reconhecimento dos respetivos gastos.

14 Outros Rendimentos e Ganhos

Em 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Entidade apresentava os seguintes saldos nasrubricas de "Outros Rendimentos e Ganhos":

Descrição	2023	2022
Rendimentos suplementares	**227.159,53**	**117.050,18**
Quotizações		
Socios Efectivos	38.784,53	35.145,18
Socios Extraordinarios	188.375,00	81.905,00
Alienações		**175.828,67**
Outros Rendimentos e Ganhos	**83.687,34**	**95.273,07**
Fundo Sande Lemos	23.168,50	13.380,00
Comissão Portuguesa da Historia Militar	17.100,00	22.800,00
Consignação IRS	3.971,77	-
Junta de Freguesia	3.668,50	2.400,00
Inatel		1.500,00
Com.Defesa Nacional	5.700,00	
Subsidios Diversos	2.826,13	
Correcções exercicios anteriores	3.665,83	3.402,40
Imputação de subsídios	4.430,08	1.022,66
Restituição de impostos		364,69
Donativos	19.156,53	50.403,32
Total Global de Subsídios	**310.846,87**	**388.151,92**

15 Imposto sobre o Rendimento

A entidade está isenta de imposto sobre o rendimento ao abrigo do artigo 10º do CIRC nas operações de carácter social, dirigidas à prossecução dos fins estatutários, não havendo lugar a imposto sobre o rendimento no período no resultado apurado nestas atividades.

Para além das atividades isentas de IRC, a SHIP também obteve rendimentos da atividade de venda de livros e as prestações de serviços acima referidas no ponto 12, pelo que os seus resultados fiscais são os seguintes:

Descrição	2023	2022
Resultado fiscal antes de impostos	38.422,11	184.867,30
Juros de mora e compensatorios	-	-
Correções exercicios anteriores	144,31	281,98
Multas e penalidades fiscais		1.139,71
Despesas não devidamente documentadas	606,94	486,89
Resultados fiscal antes de impostos sujeitos	39.173,36	186.775,88
Taxa de imposto		
Impostos sobre o rendimento		
Taxa efetiva de imposto		

16 Benefícios dos empregados

Nos exercícios de 2023 e de 2022 a entidade tinha 8 colaboradores.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários nos dois exercícios foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações ao pessoal	148.908,13	155.188,04
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	31.506,49	31.535,26
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.075,94	1.445,18
Formação Profissional	320,00	-
Outros Gastos com o Pessoal	102,60	1.039,10
Total	**181.913,16**	**189.207,58**

Os valores de remunerações de pessoal incluem as remunerações mensais, subsídios de férias e deNatal, subsídio de alimentação, ajudas de custo, abono para falhas e isenção de horário de trabalho

17 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.
Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmenteestipulados.

18 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas asseguintes informações.

18.1 Clientes

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinteforma:

Descrição	2023		2022	
Clientes e Utentes c/c	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Ativo Corrente				
Clientes	5.989,00	-	5.489,00	-
Passivo Corrente				
Adiantamentos de clientes	-1.275,00	-	-1.275,00	-
Total	**4.714,00**	**0,00**	**4.214,00**	**0,00**

18.2 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022,a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Outras Contas a receber	**2.341,52**	**2.065,00**
Devedores por acrescimos de rendimentos	1.061,97	1.000,00
Créditos a utilizar futuramente	1.129,55	1.065,00
Adiantamentos ao pessoal	150,00	
Total	**2.341,52**	**2.065,00**

Os devedores por acréscimo de rendimentos incluem as quotas recebidas em 2023, referentes a 2023 mas cujos recibos apenas serão emitidos em 2024.

Os créditos a utilizar futuramente referem-se a transferências de pessoas singulares ou entidades efetuadas por engano, em que a seu pedido o montante não será devolvido e ficará em crédito para utilização futura.

18.3 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer - Ativo Corrente		
Outros custos diferidos	921,03	699,00
Total	**921,03**	**699,00**
Rendimentos a Reconhecer- Passivo corrente		
Quotas a reconhecer	7.589,26	7.801,88
Total	**7.589,26**	**7.801,88**

Os outros custos diferidos referem-se a documentos emitidos em 2023, mas em que o reconhecimentodo gasto 2024.

O valor de quotas a receber são montantes recebidos em anos anteriores referentes a quotas de 2024 a 2026.

18.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022,encontrava-se com os seguintes saldos.

Descrição	2023	2022
Caixa	262,13	105,26
Depósitos à ordem	571.016,75	435.387,66
Depósitos a prazo	243.200,00	207.350,00
Total	**814.478,88**	**642.842,92**

18.5 Fundos Patrimoniais

No que se refere aos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações em 2023 e em 2022:

	2023			
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundo Sande Lemos	14.708,00	-	-	14.708,00
Resultados transitados	176.354,57	153.345,97		329.700,54
Doações - Usufruto Avenida de Roma	31.521,33			31.521,33
Subsidios atribuidos - CML reconstrução do Palacio	500.365,00	128.260,00	-	628.625,00
Complemento estabilização- IEFP	15.160,00	-	-	15.160,00
Fonte do Jardim - BCP	19.477,34		2.092,60	17.384,74
Predio 5 Outubro- F. Sande lemos	142.313,44	-	-	142.313,44
São Pedro - Faro- Doação		384.500,00		384.500,00
Évora-Doação		47.857,25		47.857,25
União das Freguesias de Faro- Doação	204.765,11	-	-	204.765,11
Total	**1.104.664,79**	**713.963,22**	**2.092,60**	**1.816.535,41**

	2022			
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundo Sande Lemos	14.708,00	-	-	14.708,00
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	186.301,84	-	9.947,27	176.354,57
Doações - Usufruto Avenida de Roma	-	31.521,33		31.521,33
Subsidios atribuidos - CML reconstrução do Palacio	500.365,00	-	-	500.365,00
Complemento estabilização- IEFP	15.160,00	-	-	15.160,00
Fonte do Jardim - BCP	15.000,00	5.500,00	1.022,66	19.477,34
Predio 5 Outubro- F. Sande lemos	142.313,44	-	-	142.313,44
União das Freguesias de Faro- Doação	204.765,11	-	-	204.765,11
Total	**1.078.613,39**	**37.021,33**	**10.969,93**	**1.104.664,79**

18.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 édiscriminado da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
Fornecedores c/c	**Corrente**	**Não Corrente**	**Corrente**	**Não Corrente**
Ativo Corrente				
Adiantamentos a Fornecedores	273,47	-	315,61	-
Passivo Corrente				
Fornecedores c/c	5.527,74	-	5.698,76	-
Total	**5.254,27**	**0,00**	**5.383,15**	**0,00**

18.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de2022, está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	**0,00**	**0,00**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2.375,71	2.781,99
IVA	-	-
Segurança Social	6.253,45	6.772,33
Total	**8.629,16**	**9.554,32**

18.8 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Remunerações a pagar	23.313,72	25.142,10
Seguros a liquidar	-	-
Outros acrescimos de gastos	7.938,61	2.275,50
Total	**31.252,33**	**27.417,60**

18.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023e em 31 de dezembro de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Serviços especializados	29.721,39	18.734,19
Publicidade e propaganda		908,97
Vigilancia e segurança	1.055,81	627,67
Honorarios	3.919,51	7.272,60
Conservação e reparação	2.650,73	1.560,36
Serviços bancarios	929,41	947,74
Materiais	7.683,46	4.741,12
Eletricidade	9.918,81	9.389,10
Agua	3.421,62	2.654,88
Outros		
Deslocações, estadas e transportes	4.958,09	3.594,21
Serviços diversos (*)	41.521,53	39.055,13
Rendas e Alugueres	5.624,97	9.595,65
Comunicação	5.819,51	6.061,27
Seguros	262,02	774,12
Despesas de representação	8.505,13	13.002,05
Limpeza, Higiene e Conforto	3.091,25	1.170,36
Premio Aboim Sande lemos	10.000,00	5.000,00
Premio Ser Português		990,00
Outros	8.218,65	2.000,00
Total	**105.780,36**	**89.485,97**

(*) Descriminadas as rubricas de maior valor

18.10 Outros gastos e Perdas

A rubrica de "Outros gastos" em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 encontra-sedividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
IMI	3.387,32	3.396,89
imposto selo	17,05	13,98
Correcções exercicios anteriores	144,31	281,98
Diversos	2.220,64	636,89
Donativos	520,00	50,00
Ofertas de existencias	1.032,50	-

Quotizações		100,00
Outros	668,14	486,89
Total	**5.769,32**	**4.329,74**

18.11 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Amadora, 28 de Fevereiro de 2024

A Direção

O Contabilista Certificado

2.3 Fundo Aboim Sande Lemos

O Fundo Aboim Sande Lemos (reserva consignada) que, com o acordo da Família do Benemérito Coronel Manuel Aboim Sande Lemos, primeiro presidente do Conselho Supremo, para além do Prémio Aboim Sande Lemos – Identidade Portuguesa – de que foi instituidor, poderá ocorrer, limitadamente e por prazos muito curtos – com a natureza de empréstimos sem juros – a despesas da Sociedade Histórica com o seu funcionamento, investimento ou oferta cultural.

Em 31 de Dezembro de 2023 a dotação do Fundo Aboim Sande Lemos elevava- se a 875.126,90 euros.

Neste valor está incluído:

- Imóvel da 5 de Outubro avaliado em 159.009,42 euros e com total de obras no valor de 64.287,12 euros),

- Prédio Na União de Freguesias de Faro no montante de 204.765,11,

Quota parte do prédio em Évora no montante de 47.857,25, o prédio em São Pedro-Faro no montante de 384.500,00,

- Prémios de emissão no valor de 14.708,00 euros.

O valor real do Fundo Sande lemos elevar-se-ia, numa estimativa conservadora, para o dobro ou o triplo, logo que reavaliado o imóvel da Avenida 5 de Outubro. Ou seja, cerca de 500 mil euros.

2.4 Legado Sande Lemos. Identificação dos imóveis e seu regime jurídico.

Como referido, os 8 imóveis que integram o Legado Sande Lemos são os seguintes:

Em Lisboa:

Fracções autónomas designadas pelas letras "D" e "E", correspondente ao R/C Dto. e Esq., do prédio urbano constituído em propriedade horizontal sito na Av. de Roma, n.º 5, em Lisboa.

No centro histórico de Faro:

Prédio urbano sito na Rua Monsenhor Boto, n.ºs 8A a 12, em Faro;
Prédio urbano sito na Rua do Município n.ºs 8 a 12, com frente para a Rua Monsenhor Boto, n.ºs 2 a 8, em Faro;

Prédio urbano sito na Rua do Município n.º 6, em Faro;

Prédio sito na Rua Ascensão Guimarães, n.º 3, em Faro;

Prédio urbano sito na Rua de Évora 4ª – S. Miguel de Machede;

Prédios sitos na Rua Miguel Bombarda, n.º 61, em Évora;

Note-se que está já registada na contabilidade a doação do imóvel de Faro – artigos 679, 681 e 683 pela mais recente avaliação feita pela Autoridade Tributaria no montante global de 204.765,11 euros.

Está em curso, através de avaliador certificado pela CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a avaliação dos 5 imóveis, integrantes do Legado Sande Lemos.

Considerando a localização privilegiada, em Lisboa e Faro, e as características, já conhecidas dos imóveis, estima-se que o conjunto possa atingir um valor patrimonial de cerca de 1,5 milhões de euros.

3. Actividades Culturais

3.1 Folha de Eventos do Palácio

Dado o grande número de actividades realizadas, esta informação poderá ser consultada em anexo.

3.2 Edições e Prémio SHIP

A Sociedade Histórica editou, em formato digital, no ano de 2023, quatro boletins trimestrais, relatando neles as diversas actividades por si realizadas e, também, as actividades promovidas em parceria ou de acolhimento.

Em formato papel publicou, em parceria com a Casa Sassetti, a obra "O Mais Belo Álbum de Portugal – Vistas a perder de vista, lugares a nunca esquecer, gente como só nós", que contou com a coordenação de José Ribeiro e Castro, fotografias de vários autores e versos de Alberto Caeiro. Fruto da publicação diária de fotografias sobre Portugal nas redes sociais, em que as mais relevantes foram exibidas na exposição "PORTUGAL GLOBAL: o olhar da fotografia" (de 23 de Maio a 5 de Agosto de 2023), a obra foi apresentada ao público no dia 18 de Novembro, na Galeria Fernando Pessoa do Palácio da Independência. Obra que se encontra actualmente esgotada, estando em preparação a 2.ª edição, agora em versão bilingue (português e inglês).

Também neste ano a revista "Independência", revista de cultura lusíada, foi publicada pela primeira vez em formato digital, tendo o nº.1 sido posto em linha no dia 1 de Dezembro de 2023 (republicação da edição em papel de 2010) e o n.º 2, com novos artigos, no dia 31 de Dezembro de 2023.

No âmbito das comemorações 162.º Aniversário da Sociedade Histórica da Independência de Portugal foi entregue, no dia 24 de Maio, o Prémio Aboim Sande Lemos — Identidade Portuguesa, em ex-aequo, aos compositores Pedro Pires, pela sua obra e distinguindo em especial "O Diário de Pigafetta – na Rota de Magalhães", tocada no Concerto do 1.º de Dezembro de 2021 e Samuel Pascoal, pela sua obra e distinguindo em especial o "Concerto para Clarinete e Banda", tocado no Concerto do 1.º de Dezembro de 2022.

4. Palácio da Independência

4.1 Projecto da Obra de Recuperação do Conjunto Monumental

O Conjunto Monumental do Palácio da Independência é composto por três monumentos nacionais – o Palácio, as "Chaminés do Palácio" e um troço da "Cerca Fernandina".

Este conjunto está implantado num lote de terreno com cerca de 3.065 m^2, frente ao Largo de São Domingos e enquadrado pela Rua das Portas de Santo Antão, pela Cerca Fernandina e pelas traseiras de um conjunto de prédios com frente para a Rua das Escadinhas da Barroca.

O edifício é composto por três pisos, um jardim e pátios, com acesso ao nível do piso térreo, por uma zona exterior delimitada por um gradeamento.

A intervenção a realizar abrange todos os pisos do Palácio, procurando melhorar as condições de habitabilidade do edifício e a funcionalidade dos serviços que nele se encontram instalados.

Concluindo com êxito várias rondas de diligências iniciadas em 2022, na sequência da revisão do custo previsível de execução do projecto, como se apurou na reavaliação do projecto efectuada pela VHM e pelos projectistas, foi possível acordar e assinar com a Câmara Municipal de Lisboa, em 3 de junho de 2023, a Primeira Adenda ao Protocolo assinado em 24 de Maio de 2021. Esta Adenda subiu o valor do financiamento municipal de 1.509.460,00 € para 2.022.500,00 € (dois milhões, vinte e dois mil e quinhentos euros), como efeito de o custo da parte correspondente à obra propriamente dita ter subido de 1.366.000,00 € para 1.850.000,00 € (um milhão, oitocentos e cinquenta mil euros).

Posteriormente, em cooperação e com o apoio da VHM, foi aberto o concurso público de adjudicação da empreitada, o qual decorreu entre Agosto e Novembro. Em Dezembro, cumpriu-se a fase de apreciação final, ficando a adjudicação prevista para Janeiro de 2024. A consignação da obra ficou prevista para Fevereiro de 2024. Como referido nos Relatórios de anos anteriores, a VHM é uma empresa de projeção internacional dedicada à prestação de serviços de consultoria global nas áreas da engenharia e arquitectura, como previsto nos Protocolos celebrados com a CML.

É neste patamar que o processo se encontrava, no final do ano 2023.

5. Agradecimentos

A Direcção, após apresentados os dados referentes à actividade desenvolvida em 2023, considera seu dever destacar que grande parte do que foi realizado não teria sido possível sem a boa vontade e dedicação dos Associados, que tomaram a seu cargo a responsabilidade pelas múltiplas realizações, o empenho e zelo da comunidade de trabalho, assim como de diversas entidades que deram preciosas ajudas à Sociedade Histórica.

Por isso, desejamos registar agradecimentos especiais às seguintes individualidades, instituições e estruturas orgânicas:

- A Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, Doutor Augusto Santos Silva, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência a Ministra da Defesa Nacional, Doutora Helena Carreiras, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Carlos Moedas, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência a Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Dra. Rosário Farmhouse, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, General José Nunes da Fonseca, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência o Chefe do Estado Maior do Exército, General Eduardo Mendes Ferrão, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Suas Excelências os representantes dos Chefes do Estado Maior da Armada e da Força Aérea, pela suas presenças nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência o Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana, General Rui Alberto Veloso, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência o representante do Director Nacional da Polícia de Segurança Pública, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência o Vice Procurador Geral da República, Dr. Carlos Adérito Teixeira., pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência o Chefe da Casa Militar da Presidência da República, Vice Almirante Carlos de Sousa Pereira, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- À Presidência da República, em particular ao Coronel Pedro Leandro e ao Estado Maior General das Forças Armadas, em particular ao Tenente Coronel João Souto, pelo excepcional empenho, dedicação e colaboração na organização das cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro, sem o qual, aquelas Comemorações não teriam o brilho e dignidade que lhes são devidas;

- Ao Estado Maior General das Forças Armadas, ao Estado Maior da Armada, ao Estado Maior do Exército e ao Estado Maior da Força Aérea, pelo seu incondicional apoio para a realização das cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro nos Restauradores e no Palácio da Independência;

- Ao Chefe do Estado Maior da Armada, pela colaboração excepcional prestada às cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro, este ano a seu cargo todo o cerimonial militar;

- A Sua Excelência o Senhor Ministro do Superior Tribunal Militar do Brasil, Dr. José Barroso Filho, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- À Casa Pia de Lisboa, pela prestimosa colaboração e presença do seu Coro Infantil e Juvenil, nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- Ao Reverendo Monsenhor Duarte da Cunha, por ter presidido à Eucaristia de Acção de Graças das Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- À Câmara Municipal de Lisboa, pela sempre valiosa colaboração que todos os anos concede para a realização das cerimónias do 1.º de Dezembro; à Polícia de Segurança Pública e Policia Municipal pela forma competente como coordenaram os dispositivos de segurança e trânsito nas cerimónias do 1.º de Dezembro;

- À Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública, particularmente aos agentes da Divisão de Segurança e da Divisão de Trânsito, pela forma eficiente como montou os dispositivos de segurança e trânsito nas cerimónias do 1.º de Dezembro;

- A S.A.R. D. Duarte de Bragança, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro e magnífica mensagem proferida no Palácio da Independência, no âmbito das mesmas Cerimónias;

- A Suas Altezas Reais, D. Isabel de Herédia e D. Dinis de Bragança, pelas suas presenças nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- Às Embaixadas, Entidades e Instituições civis e militares, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- Aos organismos que firmaram protocolos de cooperação estratégica com a SHIP, estabelecendo parcerias úteis que permitiram o alargamento do âmbito das nossas actividades;

- A todos os conferencistas que, graciosamente e com grande saber, participaram em conferências, palestras e colóquios realizados pela SHIP, por sua iniciativa ou em parceria com outras entidades;

- Aos professores das diferentes áreas do saber que generosamente colaboraram com a Academia Luís de Camões contribuindo para um excelente patamar de qualidade;

- Aos sócios e entidades que, com a sua generosidade, ofereceram quadros, livros e objectos vários à SHIP;

- Aos sócios e seus familiares que, com a sua presença e justos reparos e sugestões, manifestaram a sua solidariedade e deram vida às nossas actividades;

- À Mesa da Assembleia Geral e ao Conselho Supremo pelo precioso apoio dado à Direcção;

- Aos Delegados, cuja colaboração permitiu descentralizar a actividade da SHIP;

- Ao pessoal, pela dedicação e pela compreensão dos objectivos da SHIP.

Por último, cumpre-nos formular a seguinte proposta:

Que seja aprovado, pela Assembleia Geral, um voto de louvor ao Conselho Fiscal, pelo zelo, empenho e eficiência com que exerceu as suas funções, procedendo, com regularidade, ao exame das contas e actividades da Sociedade Histórica; concedendo, igualmente, à Mesa da mesma Assembleia Geral – e seu Presidente – um voto de louvor pela direcção dos trabalhos e de confiança para a redacção da Acta.